

## PARECER PRÉVIO Nº 058-A/2019

**PROCESSO:** TC/005174/2015  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PODER EXECUTIVO - GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, EXERCÍCIO DE 2015  
**ÓRGÃOS / ENTIDADES E RESPONSÁVEIS:**  
**PODER EXECUTIVO – GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ:** José Wellington Barroso De Araújo Dias (01/01/2015 A 31/12/2015)  
**PODER LEGISLATIVO – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:** Themístocles Sampaio Pereira Filho (01/01/2015 A 31/12/2015)  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ:** Luciano Nunes Santos (01/01/2015 A 31/12/2015)  
**PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ:** Raimundo Eufrásio Alves Filho (01/01/2015 A 31/12/2015)  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA:** Zélia Saraiva Lima (PERÍODO DE 01/01/2015 A 15/07/2015); Cleandro Alves De Moura (PERÍODO DE 16/07/2015 A 31/12/2015)  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ:** Franscisca Hildeth Leal Evangelista Nunes (01/01/2015 A 31/12/2015)  
**UNICON – SEFAZ-PI:** Ricjardeson Rocha Dias – Diretor Da Unidade De Controle Contábil  
**RELATORA:** WALTÂNIA MARIA NOGUEIRA DE SOUSA LEAL ALVARENGA  
**PROCURADOR:** PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO  
**ADVOGADO:** MATTSON RESENDE DOURADO – OAB/PI Nº 6594 (em nome do Sr. Antônio José de Moraes Souza Filho)  
LENORA CONCEIÇÃO LOPES CAMPELO VIEIRA – OAB/PI 7.332 (em nome do Sr. Themístocles Sampaio Pereira Filho)  
GERMANO TAVARES PEDROSA E SILVA – OAB/PI nº 5.952 (em nome do Sr. Wellington Barroso de Araújo Dias)

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO DO TCE/PI Nº 33/2012. FALHAS ATINENTES AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO. FALHAS ATINENTES À REFORMA ADMINISTRATIVA. FALHAS REFERENTES AOS DEMONSTRATIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. FALHAS REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. Diante da constatação da falha referente à criação de órgãos com atribuições equivalentes na estrutura administrativa já existente, recomenda-se que sejam tomadas providências no sentido de extinguir os órgãos públicos criados posteriormente, primando,

assim, pelo princípio da eficiência/economicidade (art. 37, *caput*, c/c art. 70, *caput*, ambos da CF/88, juntamente com o art. 2º da Lei nº 9.784/99);

2. A devolução de recursos de convênios caracteriza falha no planejamento aliada à insuficiência de desempenho da administração pública. Assim, recomenda-se que haja um melhor planejamento na Administração Estadual no sentido de que sejam aplicados os recursos oriundos dos convênios firmados, evitando, assim, possíveis falhas no controle interno;

3. Constatada baixa aplicação em investimentos nas funções segurança, saúde e educação, recomenda-se priorização em tais investimentos, tendo em vista que tais pastas gerenciam recursos e executam atividades relacionadas aos direitos de primeira necessidade da população;

**SUMÁRIO:** *Prestação de Contas do Governo do Estado do Piauí. Exercício 2015. Contas de Governo. Parecer Prévio recomendando a Aprovação com Ressalvas. Recomendações. Encaminhamento dos autos à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Decisão por maioria.*

**Síntese de impropriedades/falhas referentes ao Poder Executivo:** 1 - Descumprimento da Resolução do TCE/PI nº 33/2012: Não envio de demonstrativos – descumprimento do art. 21, I; 2 - Falhas atinentes aos instrumentos de planejamento: 2.1 - Dissonância entre a LDO e a LOA – descumprimento do art. 165, § 2º, da Constituição Federal/1988 e art. 3º da LDO; 2.2 - Inclusão de projetos com mesma finalidade em mais de um órgão/entidade – desobediência ao art. 22, II, da LDO; 2.3 - Descumprimento do § único do art. 19 da LDO; 2.4 - Divergência de valores entre os instrumentos de planejamento – LDO e LOA; 2.5 - Achados identificados quanto à renúncia de receitas; 2.6 - Falhas atinentes à LOA: Inobservância ao Princípio da Discriminação ou Especialização; 3 - Falhas atinentes à Reforma administrativa: 3.1. Criação de órgãos com atribuições equivalentes na estrutura administrativa já existente; 3.2. Anulação de dotações de investimentos com a reforma administrativa; 4 - Falhas referentes aos Demonstrativos da LRF: 4.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO): 4.1.1. Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção – Anexo 2: a) Decréscimos significativos de dotações nas funções Urbanismo, Comércio e Serviços e Energia nos percentuais de 57,45%, 41,46% e 91,38%, respectivamente; b) Redução do orçamento inicial aliada à inexpressiva aplicação de recursos nas funções Comércio e Serviços e Energia; 4.1.2. Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Anexo 4: Descumprimento de decisão do TCE – Decisão nº 1.124/2014; 4.1.3. Demonstrativo do Resultado Nominal – Anexo 5: Descumprimento da meta prevista na LDO (PARCIALMENTE SANADA); 4.1.4. Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão – Anexo 7: Inscrição

em restos a pagar sem disponibilidade de caixa pelo Poder Executivo; 4.1.5. Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – Anexo 8: 4.1.5.1 Apuração do limite constitucional em MDE: a) Inclusão indevida de despesas com MDE, em descumprimento ao art. 71 da LDB; b) Impropriedade na elaboração do demonstrativo; 4.1.5.2 Apuração do limite legal – FUNDEB: Infringência ao art. 42 da LC n.º 101/2000 – inscrição em restos a pagar sem disponibilidade de caixa suficiente. 4.1.6. Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos - Anexo 11: Ausência de evidenciação do montante real da receita de alienação de ativos; 4.1.7. Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) – Anexo 12: 4.1.7.1 Apuração do limite constitucional e legal em ASPS: a) Inclusão indevida de despesas com ASPS, em descumprimento ao art. 4.º da LC n.º 141/2012; b) Ausência de evidenciação das subfunções atípicas de Saúde; c) Não evidenciação do montante de inscrição em Restos a Pagar não Processados; 4.2. Relatório de Gestão Fiscal – RGF: 4.2.1. Descumprimento da LRF – não inclusão de despesa no cômputo da Despesa Total com Pessoal (DTP) - descumprimento do art. 18, § 2º e art. 22, ambos da LRF; 4.2.2. Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar – Anexo 5: a) Impropriedades na elaboração do demonstrativo: Divergência entre os valores da Disponibilidade de Caixa Bruta – DCB do Poder Executivo, quanto à vinculação dos recursos; b) Infringência ao art. 42 da LRF – inscrição em restos a pagar sem disponibilidade de caixa suficiente; 5. Falhas referentes às Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público – DCASP: 5.1. Receita tributária: Ausência de valores de previsão de receita, elevando de modo irreal o seu desempenho; 5.2. Despesa Autorizada e Empenhada por Unidade Gestora – itens a, b, c e d; 5.3. Restituição de Convênios; 5.4. Despesas Executadas nos Fundos: Ausência de uniformização da programação orçamentária; 5.5. Despesas das Estatais: a) Os orçamentos da GASPIISA, Agência de Fomento, ZPE e Porto foram anulados na sua totalidade; quanto a AGESPIISA houve cancelamento de 97,04% de suas dotações, o que denota ausência de investimento nas citadas estatais; b) Orçamento de investimentos da EMGERPI reduzido em 79,84%, e ínfima aplicação de investimentos na Companhia Metropolitana de Transportes Públicos (CMTP) de 4,63% em relação ao orçamento final. c) Aplicação em custeio superior em 7.563,65% aos investimentos. 5.6. Despesa Realizada por Função e por Grupo: Baixa aplicação em Investimentos nas funções segurança (3,69%), saúde (2,38%) e educação (2,92%); 5.7. Créditos Adicionais: Abertura ilegal de créditos por excesso de arrecadação; 5.8. Alterações orçamentárias: a) Alterações orçamentárias de dotação do DEA; b) Decréscimo significativo da dotação de investimentos e sua inexpressiva aplicação DEA; 5.9. Ausência de publicação de modificações de Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD; 5.10. Desobediência a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): 5.10.1. Ausência de segregação do resultado no Balanço Patrimonial (BP); 5.10.2. Contas agrupadas por meio de designação genérica na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da análise das contas do Poder Executivo Estadual, atinentes ao exercício financeiro de 2015, considerando o relatório de análise da prestação de contas (peças nºs 01 e 02) e o relatório de análise do contraditório (peça nº 43), ambos da IV Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE; a manifestação em Sessão do Subprocurador Geral de Contas, José Araújo Pinheiro Júnior, que opinou

pela emissão de parecer prévio recomendando a reprovação das Contas de Governo do Estado – Exercício 2015, alterando o parecer ministerial acostado aos autos à peça nº 58; a sustentação oral do advogado, e o mais que dos autos consta, **decidiu** o Plenário, **por maioria**, divergindo da manifestação ministerial proferida em Sessão Plenária Extraordinária nº 01, de 12/04/19 (peça nº 65), conforme e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça nº 64), nos termos seguintes:

a) **pela emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas às Contas do Governo do Estado do Piauí, exercício 2015, sob a responsabilidade do Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias**, com base no art. 120, *caput*, da Lei Estadual nº 5.888/09 (Lei Orgânica do TCE-PI);

b) **pela expedição de recomendação** ao Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias para que observe: **b.1)** o disposto no item 2.1.3.1 do voto da Relatora, ou seja, que tome providências no sentido de extinguir os órgãos públicos criados pelas Leis nº 6.672/2015 e nº 6.673/2015 (Reforma Administrativa), primando, assim, pelo princípio da eficiência/economicidade (art. 37, *caput*, c/c art. 70, *caput*, ambos da CF/88, juntamente com o art. 2º da Lei nº 9.784/99), tendo em vista que possuem as mesmas atribuições previstas em outros órgãos da estrutura administrativa do Estado; **b.2)** o disposto no item nº 2.1.5.3 do voto da Relatora, qual seja, que haja um melhor planejamento na Administração Estadual no sentido de que sejam aplicados os recursos oriundos dos convênios firmados, evitando, assim, possíveis falhas no controle interno; **b.3)** o disposto no item nº 2.1.5.6 do voto da Relatora, ou seja, que haja uma priorização nos investimentos nas áreas da saúde, educação e segurança, tendo em vista que tais pastas gerenciam recursos e executam atividades relacionadas aos direitos de primeira necessidade da população;

c) **pela expedição de determinação** para que o Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias, juntamente com a Secretaria de Planejamento, apresentem, no prazo de 60 dias úteis a partir da publicação do Parecer Prévio no Diário Eletrônico do TCE/PI, um Plano Governamental com vistas a modernizar a elaboração do orçamentário do Estado, a partir da ideia de orçamento-programa e orçamento base-zero, a fim garantir que o planejamento orçamentário sirva efetivamente de instrumento de controle dos programas de governo no oferecimento de respostas às demandas da sociedade, uma vez que as ocorrências descritas nos itens 2.1.5.2, 2.1.5.3, 2.1.5.5, 2.1.5.6, 2.1.5.7, 2.1.5.8, “a” e “b”, mostram que a elaboração do orçamento no Estado do Piauí não se pauta pelas modernas técnicas de orçamentação, tendo sido evidenciada grave deficiência no planejamento orçamentário; e

d) **pelo encaminhamento** de cópia destes autos à Assembleia Legislativa, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público Estadual e à Defensoria

Pública do Estado do Piauí.

**Vencidos** os Cons. Luciano Nunes Santos e Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, que proferiram voto, corroborando com a manifestação verbal do Subprocurador Geral José Araújo Pinheiro Júnior, proferida na Sessão Plenária Extraordinária nº 01, de 12/04/19, pela emissão de Parecer Prévio Recomendando a Reprovação das Contas de Governo do Estado – Exercício 2015, nos termos do voto vista acostado aos autos pelo Cons. Luciano Nunes, que foi acompanhado pelo Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho (peça nº 68).

**Presentes** os Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (Presidente), Luciano Nunes Santos, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria de Sousa Leal Alvarenga, Olavo Rebelo de Carvalho Filho, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio e os Cons. Substitutos Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Geral Leandro Maciel do Nascimento.

**Transcreva-se, publique-se e cumpra-se.**

Sessão Plenária Extraordinária nº 02 de 09 de maio de 2019.

*(Assinado digitalmente)*

**Cons<sup>a</sup>. Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga**

Relatora